

18.dezembro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

Drs. David Nunes, Miguel Carretas e Prata de Oliveira.

**Recebidos por:** Deputados: Maria da Conceição Pereira (PSD, que presidiu à reunião), Inês de Medeiros (PS), Isilda Aguincha (PSD) e Michael Seufert (CDS-PP).

**Assunto:** Revisão da Lei da Cópia Privada.

**Exposição:** A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), que presidia à reunião, deu as boas vindas aos representantes da AGECOP, lembrou a grelha de tempos e pediu-lhes para exporem a matéria em causa.

Os representantes da AGECOP referiram que desde há seis anos que chamam a atenção para a necessidade de revisão da Lei da Cópia Privada, salientando que se verifica uma quebra das respetivas receitas de 90%, sendo que, com base num estudo do mercado, da GfK, as vendas de suportes previstos na lei diminuiram em 90%, enquanto os não previstos tiveram um aumento de 8.186% (juntaram quadros com os elementos respetivos, que estão disponibilizados na [página da Comissão, na internet](#)).

Referiram, ainda, que têm uma projeção de receitas para 2014 de cerca de 500.000€, sobre os quais incide uma taxa de 20% para o fundo cultural e bem assim os custos de funcionamento, realçando que atualmente só possuem 2 trabalhadores e algumas adjudicações externas, pelo que só metade daquele valor será distribuído aos autores, artistas, produtores, etc, prevendo-se a extinção da AGECOP a curto prazo, não obstante se trate duma entidade prevista pela lei e não resultante da simples associação das entidades do setor.

Realçaram que o Governo não tem respondido a nada em relação aos autores e artistas e referiram que estes contribuem para a manutenção do património material e imaterial, para além da economia do país.

Salientaram que apresentaram uma queixa à Comissão Europeia, contra o Estado português, pelo não cumprimento da legislação nacional e internacional, sem qualquer explicação. Informaram que há cerca de um ano o Governo apresentou uma Proposta de Lei para discussão na respectiva secção especializada do Conselho Nacional de Cultura, tendo sido ouvidas as entidades a favor e contra, a qual não teve sequência.

Referiram, ainda, que se sentem desrespeitados e não ouvidos (no Governo e na Assembleia da República) e que poderão avançar com um processo contra o Estado, por perdas e danos. Salientaram que o Programa do Governo previa a aprovação, com estabelecimento de prazos, de várias leis, nomeadamente, a Lei da Cópia Privada, alteração à lei das entidades de gestão e a lei de combate à pirataria na internet.

Indicaram que a lei de 2004 ou nunca esteve bem transposta ou esteve mas hoje está desatualizada, pelo que o Governo ou acaba com a exceção da Cópia Privada ou tem de prever a remuneração sobre os suportes. Por fim, defenderam que a Assembleia da República tem a obrigação de legislar sobre a matéria, por a mesma se integrar na sua competência própria, com uma proposta do Governo ou com uma iniciativa própria.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) saudou a disponibilidade da AGECOP para colaborar e salientou que a matéria em causa não está resolvida, mas que querem resolvê-la. Referiu, depois, a apresentação de um Projeto de Lei pelo PS e a posterior retirada do mesmo, salientando que os suportes que previa são muito diferentes dos referidos nos documentos entregues pela AGECOP. Manifestou expectativa em relação à disponibilização, a curto prazo, do Livro Verde da União Europeia, com exceções ao direito de autor e informou que estão a procurar encontrar, conjuntamente com o CDS-PP, uma solução, atenta a previsão do Programa do Governo.

A Deputada Inês de Medeiros (PS) concordou que a cópia privada está numa situação catastrófica e referiu que o PS apresentou um Projeto de Lei, que baixou à Comissão sem votação, à espera de uma Proposta de Lei do Governo, mas esta nunca foi recebida, tendo-se verificado uma campanha posterior contra a cópia privada. Por outro lado, referiu que os suportes entretanto previstos também já podem ser insuficientes.

Salientou que o Governo queria libertar a Cultura do Estado, mas não concretizou esse desiderato e indicou que o relatório de António Vitorino não resolve a questão e bem assim que não quer esperar pelo Livro Verde, que ainda vai demorar muito, enquanto a situação é urgente.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que a Diretiva estabelece que a taxa é para compensar o prejuízo e questionou se os suportes da lista entregue geram prejuízo, defendendo que não há uma relação direta entre a diminuição de receitas e o aumento do mesmo e que os valores previstos nos documentos entregues talvez não sejam muito diferentes dos de países com uma dimensão idêntica ao nosso.

Os representantes da AGECOP indicaram que estão disponíveis para continuarem a contribuir para uma proposta de regime equilibrado e referiram que não têm nada contra algumas exceções (caso dos fotógrafos), nem com a fixação de plafonds de isenção ou tarifas regressivas, mas reiteraram que a Proposta de Lei foi discutida em 21/1/2013 e nunca mais teve sequência.

Salientaram, em resposta à questão suscitada pelo Senhor Deputado Michael Seufert, que a Espanha tem agora um valor fixado pelo Estado, de cerca de 8.000.000€, valor que consideraram baixo, quando comparado com os valores anteriormente arrecadados naquele país, e que tal se deverá ao facto de ser o orçamento de Estado a suporta-los. Referiram que a solução Espanhola transfere para a totalidade dos contribuintes custos que devem ser imputados aos importadores e produtores de equipamentos. Indicaram que o Livro Verde, referido pela Senhora Deputada Isilda Aguincha, ainda deve demorar muito e não podem esperar mais, atenta a situação em que se encontram. Reiteraram que a lei de 2004 já era insuficiente na época, tendo, na época, emitido um parecer jurídico sobre a matéria e hoje está desatualizada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

Defenderam que o relatório de António Vitorino sobre a cópia privada refere que este regime não é o ideal, mas é a melhor solução possível. Referiram que nalguns suportes não previstos na lei nacional, e não sujeitos a taxa, o seu valor de mercado, em Portugal, é hoje superior ao praticado em países em que existe taxa.

Realçaram que são os criadores que geram os conteúdos, defenderam que a lei da cópia privada deve ser tratada em separado das restantes e indicaram que é esta que consegue fazer mais rapidamente a distribuição de remuneração a um maior universo de criadores, dado que agrega autores, artistas e intérpretes, produtores e editores e meios de comunicação.

A gravação áudio da reunião e os documentos entregues estão disponibilizados na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 18 de dezembro de 2013

**A assessora da Comissão**

*Teresa Fernandes*